



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista - Área Processual**

Caderno de Prova, Cargo 41, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Básicos**  
**Conhecimentos Específicos**

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**  
Fevereiro/2007

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. *As discussões sobre a liberdade assentam necessariamente e em princípio na negação de suas próprias bases possibilitadoras. Quero dizer que o único pressuposto histórico viável para que se possa instaurar a*
5. *inteireza do entendimento da questão está na ausência de liberdade. Mas isso não no sentido preconizado por um Fichte que, sem estar totalmente desprovido de razão, jogava com a oposição entre o livre e o não-livre, no sentido de que a liberdade se faz a partir do elemento não-*
10. *livre, da presença de um obstáculo sem o qual nem se poderia conceber o surgimento da liberdade. A tese de Fichte, entretanto, se move dentro do âmbito de uma teoria geral do exercício da liberdade, válida para todos os tempos e todos os lugares, enraizada na existência de um*
15. *eu puro. Nosso ponto de partida é bem outro; claro que a educação para a liberdade deve pressupor a freqüentação de elementos não-líves vistos como o solo em que medra o desenvolvimento da liberdade. Mas entendemos que a tese nada tem a ver com um suposto eu puro, pois ela se*
20. *mostra essencialmente e antes de tudo em seu caráter histórico: não existe algo como uma liberdade constitutiva da natureza humana considerada em si mesma. Para nós, longe disso, a liberdade revela-se histórica de ponta a ponta, e já no sentido de que o homem em suas origens*
25. *nada ostenta que poderia insinuar a presença da liberdade. Um eu puro – mas o que poderia ser isso? Não existe esse eu à espera de sua eclosão a ser provocada por coisas que lhe seriam totalmente estranhas, determinadas por uma exterioridade cega. Portanto, já*
30. *nesse ponto de partida histórico, parece evidente que as origens situam-se em três níveis principais: um, de ordem propriamente biológica, a confundir-se em suas primícias com os enredos da evolução das espécies; já o segundo aferra-se aos contextos sociais, e a liberdade passa a ser*
35. *o objetivo de uma longa e laboriosa conquista. Certamente cabe asseverar que aquele elemento biológico integra-se a seu modo nos processos de sociabilização política do homem. E é por aí que deve surgir também, em terceiro lugar, a lenta especificação das concordâncias psicológi-*
40. *cas. Por tais caminhos, nem há liberdade, mas liberdades que se vão fazendo; não existe a história de uma liberdade única, e sim a grande diversidade, as histórias das liberdades, sempre no plural.*

Obs.: Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), filósofo alemão.

(Gerd Bornheim, "As medidas da liberdade", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 41-42)

1. *As discussões sobre a liberdade assentam necessariamente e em princípio na negação de suas próprias bases possibilitadoras.*

Considerado o contexto, a frase acima está corretamente entendida em:

- (A) Antes de qualquer consideração particular, importa assumir que a discussão sobre liberdade implica obrigatoriamente conceber sua ausência.
- (B) A princípio, pensou-se que reflexões sobre liberdade implicassem a consideração dos fundamentos a partir dos quais elas seriam feitas.
- (C) Questões relacionadas à liberdade devem ser genericamente pensadas, visto que ela depende das bases em que se manifesta.
- (D) Questionar o sentido de liberdade depende de ajustamento de princípios: é necessário que suas bases constituintes sejam passíveis de controvérsias.
- (E) É indispensável que, desde o início, o questionamento acerca do direito à liberdade contemple a definição das condições em que ele possa existir.

2. O autor do texto, nas primeiras 22 linhas,

- (A) cita *um Fichte* para alertar acerca de certos filósofos que costumam estabelecer jogos de oposições sem consistência lógica, apesar da aparente racionalidade.
- (B) desvaloriza as idéias *de Fichte* por julgar que os contrastes do seu raciocínio são próprios de um espírito desprovido de razoabilidade, carência que não atribui a esse filósofo.
- (C) nega qualquer concordância com as idéias *de Fichte*, visto que este filósofo pensa a liberdade na sua relação com os obstáculos que a impedem.
- (D) apresenta a premissa de suas reflexões e alerta para que não seja confundida com idéia *de Fichte*, cujo discernimento relativiza.
- (E) detalha as idéias *de Fichte* e, por aproximações, defende a convergência de pressupostos e pontos de vista entre ele e o filósofo, sem negar, entretanto, diferenças de métodos.

3. A argumentação do autor revela

- (A) um espírito grandemente instigado a definir a liberdade de modo a atribuir-lhe um sentido universal e permanente.
- (B) a rejeição à existência de um *eu puro*, cuja essência se constrói a partir das relações humanas estabelecidas em precisos tempo e lugar.
- (C) sua dificuldade em definir o *eu puro*, conceito que lhe permitiria expressar o sentido que atribui à *liberdade*, visto que os considera em relação de causa e efeito.
- (D) sua crença em realidades que, exteriores ao homem, podem fazer desabrochar o *eu puro* ainda não manifesto.
- (E) sua discordância em pensar a *liberdade* a não ser como inserida na tessitura da realidade humana.

<p>4. Considere as 15 linhas finais do texto, o contexto e as afirmações que seguem.</p> <p>I. O segmento <i>já nesse ponto de partida histórico</i> expressa uma hipótese que, caso fosse acatada pelo autor, permitiria o entendimento do período iniciado com <i>Portanto</i> como uma conclusão, fato que não ocorre, como o comprova o uso de <i>parece</i>.</p> <p>II. Dos três níveis principais citados pelo autor, apenas um é caracterizado como de natureza essencialmente individual, tornando inadmissível qualquer possibilidade de vínculo entre ele e os demais.</p> <p>III. A frase <i>a liberdade passa a ser o objetivo de uma longa e laboriosa conquista</i> expressa noção de consequência.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>7. <i>A tese de Fichte, entretanto, se move dentro do âmbito de uma teoria geral do exercício da liberdade, válida para todos os tempos e todos os lugares, enraizada na existência de um eu puro. Nosso ponto de partida é bem outro; claro que a educação para a liberdade deve pressupor a freqüentação de elementos não-livres vistos como o solo em que medra o desenvolvimento da liberdade. Mas entendemos que a tese nada tem a ver com um suposto eu puro, pois ela se mostra essencialmente e antes de tudo em seu caráter histórico: não existe algo como uma liberdade constitutiva da natureza humana considerada em si mesma.</i></p> <p>Considerado o fragmento acima e o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) a conjunção <i>entretanto</i> equivale a “por conseguinte”.</p> <p>(B) <i>em é bem outro</i>, o advérbio foi empregado para demarcar, com nitidez, a diferença alegada.</p> <p>(C) a frase <i>pois ela se mostra essencialmente e antes de tudo em seu caráter histórico</i> expressa uma consequência.</p> <p>(D) no segmento <i>em seu caráter histórico</i>, o termo destacado refere-se a <i>um suposto eu puro</i>.</p> <p>(E) os dois-pontos anunciam uma enumeração, série com a qual se deseja apresentar uma explicação convincente.</p>
<p>5. <i>Por tais caminhos, nem há liberdade, mas liberdades que se vão fazendo; não existe a história de uma liberdade única, e sim a grande diversidade, as histórias das liberdades, sempre no plural.</i></p> <p>Sobre o período acima é correto afirmar:</p> <p>(A) o duplo paralelismo estabelecido articula-se por meio do mesmo instrumento, a correlação entre <i>nem</i> e <i>mas</i>.</p> <p>(B) a idéia de “pluralidade” está explicitamente referida, mas está presente, também, na própria composição dos paralelismos.</p> <p>(C) <i>mas</i> foi empregado com o mesmo valor encontrado em “Estou impressionada, mas muito impressionada mesmo!”.</p> <p>(D) a substituição de <i>tais</i> por “semelhantes” mantém o sentido original da frase.</p> <p>(E) a substituição de <i>que se vão fazendo</i> por “contínuas” mantém o sentido original da frase.</p>	<p>8. <i>Para nós, longe disso, a liberdade revela-se histórica de ponta a ponta, e já no sentido de que o homem em suas origens nada ostenta <u>que</u> poderia insinuar a presença da liberdade. Um eu puro – mas o que poderia ser isso? Não existe esse eu à espera de sua eclosão a ser provocada por coisas que <u>lhe</u> seriam totalmente estranhas, determinadas por uma exterioridade cega.</i></p> <p>Considerado o fragmento acima e o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A substituição de <i>Para nós</i> por “Quanto à nós, entendemos que” mantém a correção da frase e o sentido original.</p> <p>(B) Invertendo a ordem dos segmentos iniciais – “Longe disso, para nós” –, uma vírgula depois de <i>nós</i> estaria em desacordo com as normas gramaticais.</p> <p>(C) O pronome <i>que</i> destacado refere-se a <i>o homem</i>.</p> <p>(D) O pronome <i>lhe</i> destacado refere-se a <i>esse eu</i>.</p> <p>(E) Formas como <i>poderia</i> e <i>seriam</i> denotam que o autor lida meramente com hipóteses, o que o impede de fazer informações categóricas sobre o tema.</p>
<p>6. Está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:</p> <p>(A) <i>único pressuposto histórico viável</i> – singular e exequível conjectura histórica.</p> <p>(B) <i>não no sentido preconizado</i> – negando o caráter problematizado.</p> <p>(C) <i>instaurar a inteireza do entendimento da questão</i> – promover a compreensão do problema em sua totalidade.</p> <p>(D) <i>se move dentro do âmbito de uma teoria geral</i> – tem como parâmetro os rígidos preceitos da teoria universal.</p> <p>(E) <i>solo em que medra</i> – superfície em que míngua.</p>	

9. ... a liberdade se faz a partir do elemento não-livre, da presença de um obstáculo sem o qual nem se poderia conceber o surgimento da liberdade.

Considerado o contexto, outra redação que, clara e correta, preserva o sentido original do segmento grifado acima é:

- (A) de um obstáculo sem cuja presença nem se poderia conceber o surgimento da liberdade.
- (B) de um obstáculo a qual a presença seria necessária para se conceber o surgimento da liberdade.
- (C) da presença de um obstáculo com o qual, faltando, nem se poderia conceber o surgimento da liberdade.
- (D) de um obstáculo que a presença dele não poderia faltar para se conceber o surgimento da liberdade.
- (E) da presença de um obstáculo que se depende para conceber o surgimento da liberdade.

10. A afirmação correta é:

- (A) No texto, o adjetivo viável está empregado de acordo com as normas gramaticais, assim como em “Os projetos se tornaram, depois do acordo, totalmente viável”.
- (B) Transposta a frase *a educação para a liberdade deve pressupor a freqüentação de elementos não-livres* para a voz passiva, a forma verbal obtida é: “devem ser pressupostos”.
- (C) Se no segmento *não existe* algo o termo grifado fosse substituído por “evidências de nenhuma ordem”, a forma verbal deveria permanecer a mesma para que a correção da frase fosse preservada.
- (D) Se, em *a liberdade passa a ser o objetivo de uma longa e laboriosa caminhada*, o termo destacado fosse substituído por “as liberdades”, a correção seria mantida com a locução verbal alterada para “passam a serem”.
- (E) Em *nem há liberdade*, o verbo está empregado conforme as normas gramaticais, assim como em “Eles não de reconhecer o engano cometido”.

**Atenção:** As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

*A história dos países atrasados nos séculos XIX e XX é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação. Os japoneses do século XIX tomavam a Europa como modelo; os europeus ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial, imitavam a economia norte-americana. A experiência da Europa Central e Oriental no século XX é, genericamente falando, a de tentar atualizar-se mediante a sucessiva adoção e fracasso de vários modelos. Depois de 1918, quando a maioria dos países sucessores constituía-se de países novos, o modelo foi o da democracia e do liberalismo econômico do Ocidente. O presidente Wilson – a estação principal de Praga está batizada novamente com o seu nome? – era o santo padroeiro da região, menos para os bolcheviques, que seguiam seu próprio caminho. (Na verdade, também eles tinham modelos estrangeiros: Rathenau e Henry Ford.) Isso não funcionou. Nos anos 20 e 30, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos. A Grande Depressão acabou destruindo a democracia multinacional até mesmo na Tchecoslováquia.*

(Eric Hóbsbawm, “Dentro e fora da história”, In **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 15)

11. A alternativa que apresenta, de modo claro e correto, adequado resumo das principais idéias do texto é:

- (A) Os países novos, depois de 1918, tentando progredir como os mais avançados, seguiam à risca os modelos eficientes, fossem da Europa, fossem norte-americanos, fossem democratas e liberais na economia, como o de Wilson (para alguns, para outros, não), e a Grande Depressão (de 20 a 30) provou que não era certo.
- (B) Nações atrasadas permaneceram nos séculos XIX e XX de sua história imitando a Europa, mais especificamente, além do modelo norte-americano, porque, depois de insucessos, restou a democracia e o liberalismo econômico, que, com o presidente Wilson – e alternativamente Ratheau e Ford –, fracassou com a Grande Depressão.
- (C) A específica questão dos japoneses e europeus ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial, constitui-se em imitar os modelos que elegiam como padrão de avanço e, com permanentes fracassos, optaram finalmente pela democracia e liberalismo econômico, que acabou por provocar o colapso do sistema nas décadas de 20 e 30.
- (D) Nos séculos XIX e XX, as nações atrasadas queriam o progresso, mas por via da imitação, cada uma elegendo seu modelo, quer europeu, quer norte-americano; no século passado, nem mesmo o modelo da democracia e do liberalismo econômico do Ocidente produziu êxito, pois ele conheceu a decadência nos anos 20 e 30.
- (E) As nações atrasadas nos séculos XIX e XX têm sua história marcada pelo progresso, mas sempre imitando paradigmas, o que produziu fracassos e acabou, no caso da Europa Central e Oriental, por abraçar a democracia e o liberalismo econômico do Ocidente, que também se revelou inconsistente.

12. Na organização do texto,

- (A) a frase *os europeus ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial, imitavam a economia norte-americana* (linhas 4, 5 e 6) constitui mais um dado da análise do que ocorreu com a nação japonesa no século XIX.
- (B) a expressão *genericamente falando* (linha 7) constitui estratégia do autor para orientar o processo de leitura do trecho.
- (C) a expressão *a sucessiva adoção e fracasso de vários modelos* (linha 8) constitui um paradoxo.
- (D) a expressão *vários modelos* (linha 8) equivale a “modelos plurais”.
- (E) a expressão *Depois de 1918* (linha 9) constitui parâmetro temporal e pode ser substituída, sem prejuízo da correção e clareza, por “Sucedendo 1918”.

<p>13. <i>O presidente Wilson – a estação principal de Praga está batizada novamente com o seu nome? – era o santo padroeiro da região, menos para os bolcheviques, que seguiam seu próprio caminho. (Na verdade, também eles tinham modelos estrangeiros: Rathenau e Henry Ford.)</i></p> <p>No fragmento acima,</p> <p>(A) os travessões desempenham função análoga à dos parênteses.</p> <p>(B) a retirada da vírgula depois de <i>bolcheviques</i> não altera o sentido original.</p> <p>(C) se a frase entre travessões fosse iniciada com “gostaria de saber se”, o ponto de interrogação deveria ser preservado.</p> <p>(D) considerada a argumentação desenvolvida, os parênteses contêm idéia que, se não for considerada à parte, anula o que se afirmou anteriormente.</p> <p>(E) se a expressão <i>Na verdade</i> fosse deslocada para imediatamente depois dos dois-pontos, o sentido original não seria prejudicado.</p>	<p>17. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Tudo indica que vai ser questionado, em cada setor, a decisão de ser prorrogado o início das férias de todos os funcionários.</p> <p>(B) Ela quer que seja pedido aos encarregados, o mais rapidamente possível, as listas de compras, para que seja possível atender-lhe as solicitações antes do fim do mês.</p> <p>(C) Exige-se, sim, de toda a equipe, as maneiras mais polidas no trato com os visitantes, pois a eles se devem as possibilidades de manutenção do parque.</p> <p>(D) Tratam-se de questões espinhosas, incluindo as que diz respeito aos novos termos da lei, por si sós bastante discutíveis.</p> <p>(E) Deve-se aos trâmites internos, mais do que às argumentações produzidas no processo, a demora do julgamento, visto que os analistas ainda não as puderam ter em mãos.</p>
<p>14. <i>Isso não funcionou. Nos anos 20 e 30, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos.</i></p> <p>A relação estabelecida no texto entre as duas frases acima está corretamente expressa por:</p> <p>(A) à proporção que.</p> <p>(B) no entanto.</p> <p>(C) por conseguinte.</p> <p>(D) se bem que.</p> <p>(E) uma vez que.</p>	<p>18. A redação que está clara e totalmente correta é:</p> <p>(A) Devido aos novos rumos dos negócios que as pessoas devem se precaver, pois a mudança na Economia é entendida, cada vez menos, por um número pequeno de pessoas.</p> <p>(B) Sendo, ou não, influenciados pelo grande público, os rapazes representavam entusiasmadamente o texto que lhes possibilitava a manifestação completa do talento.</p> <p>(C) Embora a doença seja erradicada facilmente, no ano anterior, registraram-se nesta semana alguns casos de recaída, do qual muitos deles, foram atendidos prontamente.</p> <p>(D) São visões diferente ao que Machado manifestou em seus romances, indo, mesmo, na direção contrária das suas obras.</p> <p>(E) O desastre foi violento e as vítimas foram socorridas ao hospital mais próximo, onde, perante os quadros, foram tomadas as medidas emergenciais mais adequadas.</p>
<p>15. <i>(Na verdade, também eles tinham modelos estrangeiros: Rathenau e Henry Ford.) Isso não funcionou. Nos anos 20 e 30, o modelo entrou em colapso, em termos políticos e econômicos. A Grande Depressão acabou destruindo a democracia multinacional até mesmo na Tchecoslováquia.</i></p> <p>Observado o fragmento acima, é correto afirmar:</p> <p>(A) A palavra <i>também</i> foi empregada para dar ênfase à idéia apresentada, expressando o mesmo sentido que se nota em “Essa história também já é demais!”.</p> <p>(B) O vocábulo <i>colapso</i> estaria corretamente separado em sílabas assim: “co - la - pso”.</p> <p>(C) A expressão <i>até mesmo</i> assinala que, no processo de defesa da idéia, o elemento citado constitui-se como o argumento mais forte.</p> <p>(D) A expressão <i>acabou destruindo</i> exprime a mesma idéia que a forma verbal “destruía”.</p> <p>(E) A expressão <i>entrou em colapso</i> foi empregada para exprimir que a perda da eficiência ocorria paulatinamente.</p>	<p>19. Empregou-se de acordo com o padrão culto a forma grifada em:</p> <p>(A) <u>Provi</u> os voluntários de todos os instrumentos necessários para o bom atendimento.</p> <p>(B) Se eles se <u>indisporerem</u> com o atual diretor, terão problemas no fim do ano.</p> <p>(C) Caso ele se <u>abstém</u> de votar, será difícil justificar sua atitude.</p> <p>(D) Quando <u>satisfazerem</u> plenamente suas vaidades, entenderão que foram fúteis.</p> <p>(E) Sofreram tantos e tão variados <u>revés</u> na vida, que fortaleceram sua resistência.</p>
<p>16. A frase que está totalmente correta quanto à grafia e acentuação é:</p> <p>(A) O excesso de fracassos às vezes leva o governante de uma nação a por a culpa em pessoas ou sistemas, sem a mínima exitação.</p> <p>(B) A parte teórica estava sucinta, mas o grande número de notas incertas de modo desorganizado no texto provocou um desequilíbrio desastrozo.</p> <p>(C) Não se conseguiu reconhecer quem fez as rúblicas, por isso ninguém pode, ontem, ser admoestado.</p> <p>(D) A análise dos obstáculos não pára aí, por isso não é mau conselho sugerir que se aceite a colaboração espontânea dos especialistas na área.</p> <p>(E) Alguns contratos foram recindidos porque a assessoria considerou certos valores extorsivos, chegando à sugerir uma auditoria no setor.</p>	<p>20. Empregou-se de acordo com o padrão culto a forma grifada em:</p> <p>(A) Afirmou que a analogia <u>pelas</u> duas obras é claramente notada.</p> <p>(B) Habitou-se <u>em</u> observar os menores detalhes de cada tela do pintor.</p> <p>(C) O portão era ladeado <u>com</u> duas guaritas.</p> <p>(D) O susto emudeceu-lhe.</p> <p>(E) Desconfio <u>que</u> ele seja espião.</p>

**Instruções:** Para responder às questões de números 21 a 25, considere as informações abaixo.

**OBJETIVO:**

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto adquirirá equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinirá seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

**REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:**

§ 1º - Todo processo interno deverá ser feito por trâmite eletrônico com a mesma tecnologia usada na rede mundial de computadores (Web), porém restrita ao ambiente do Ministério Público.

§ 2º - Os textos deverão ser digitados e para isto serão usados editores de textos eletrônicos. Depois de prontos, editados e verificados do ponto de vista sintático e ortográfico, os textos deverão ser copiados para o local exato da tela de controle de processos para encaminhamento e parecer da próxima instância, a qual será enviado todo o processo.

§ 3º - Todos os arquivos produzidos deverão ser:

- I. gravados e identificados por ordem de assunto, data de modificação (ou de gravação quando da produção inicial) e emitente, para facilitar sua localização nos computadores;
- II. protegidos contra acesso não autorizado;
- III. passíveis de recuperação em caso de perda;
- IV. passíveis de serem encaminhados por meio de mensagens via internet.

§ 4º - Os documentos oficiais deverão ser impressos com timbre governamental e, para tanto, um arquivo digital de imagem do timbre deverá estar disponível para uso de todos os produtores de documentos. Nesse sentido, existe uma tecnologia específica para obter o timbre do papel e convertê-lo em imagem digital em um formato que possa ser inserido nos textos eletrônicos em geral.

§ 5º - Todos os cálculos serão feitos por meio do uso de planilhas eletrônicas, cujos arquivos produzidos deverão atender ao estipulado no §3º.

§ 6º - Dispositivos periféricos em geral deverão ser usados para as cópias de arquivos.

§ 7º - Os funcionários deverão ser estimulados ao uso de *browser* internet para:

- I. diálogo eletrônico instantâneo;
- II. pesquisa por palavra-chave de assuntos de interesse do Ministério.

21. No § 4º, considerando, respectivamente, as referências a extensão de arquivos, tecnologias de captura de imagens e operação de inserção (editor Microsoft), o funcionário pode usar

- (A) mpg, *pen drive* e copiar figura a partir de *clip-art*.
- (B) jpg, digitalização e inserir figura a partir de um arquivo.
- (C) wpg, *scanner* e colar figura a partir de *drive*.
- (D) wmf, cd-rom e colar objeto a partir de arquivo.
- (E) jpg, *pen drive* e inserir símbolo a partir de *drive*.

22. Considerando:

- no § 3º os itens II e III;
  - no § 7º o termo *browser* e o item I;
  - podem ser corretamente identificados, respectivamente, assuntos referentes a
- (A) senha, *scanner*, buscador e *e-mail*.
  - (B) antivírus, *backup*, buscador e *e-mail*.
  - (C) senha, *backup*, navegador e *chat*.
  - (D) antivírus, *backup*, navegador e *e-mail*.
  - (E) *firewall*, *scanner*, buscador e *chat*.

23. Na questão tecnológica, o § 1º define o requisito de uso de .I. enquanto que no § 2º fica claro que, na passagem dos textos para a tela, devem ser usadas as operações de .II. e III..

I, II e III devem ser substituídos, respectivamente, por:

- (A) intranet - recortar - colar
- (B) *e-mail* - recortar - copiar
- (C) *e-mail* - copiar - colar
- (D) *chat* - copiar - colar
- (E) intranet - copiar - colar

24. Para atender ao requisito do item I do § 3º é possível usar

- (A) Pastas dentro de Pastas mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (B) Arquivos dentro de Arquivos e Pastas dentro de Pastas.
- (C) Arquivos dentro de Pastas mas não Pastas dentro de Pastas.
- (D) Arquivos dentro de Pastas e Pastas dentro de Pastas.
- (E) Arquivos dentro de Arquivos mas não Pastas dentro de Pastas.

25. Atendendo ao requisito do § 5º, considere os seguintes dados nas células:

.....	A	B	C
1	1	2	=A1+B\$1
2	3	6	

Se a fórmula em C1 for propagada para C2, o resultado em C2 será

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 8
- (E) 9

<p>26. A remoção de ofício dos membros do Ministério Público da União</p> <p>(A) ocorrerá somente por motivo de interesse público, por iniciativa do Procurador-Geral, mediante decisão do Conselho Superior, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.</p> <p>(B) é totalmente vedada pela Constituição Federal, em virtude da garantia da inamovibilidade, que se destina a proteger a função de seus agentes políticos.</p> <p>(C) ocorrerá em virtude de conveniência do serviço, mediante autorização expressa do Conselho Superior do Ministério Público Federal.</p> <p>(D) somente será admitida por interesse do serviço, exigidas a anuência do interessado e a autorização do Corregedor-Geral.</p> <p>(E) poderá ocorrer, por motivo de conveniência e oportunidade, mediante decisão do Colégio dos Procuradores da República, pelo voto de dois terços de seus membros.</p>	<p>29. No que tange à Lei de Improbidade Administrativa, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. Na ação de improbidade administrativa, o valor da indenização e os bens perdidos pelo indiciado reverterão em benefício da pessoa jurídica prejudicada pelo ato ilícito.</p> <p>II. O terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza determinado funcionário público a ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei, responde, juntamente com este, por ato de improbidade administrativa.</p> <p>III. Cabe à União, por meio de seus procuradores, defender seus servidores públicos acusados de atos de improbidade administrativa.</p> <p>IV. A ação civil pública proposta pelo Ministério Público constitui via processual adequada para a repressão dos atos de improbidade administrativa.</p>
<p>27. O Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios será nomeado pelo</p> <p>(A) Presidente da Câmara Legislativa dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.</p> <p>(B) Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo Colégio dos Procuradores e Promotores de Justiça.</p> <p>(C) Procurador-Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Colégio dos Procuradores.</p> <p>(D) Governador do Distrito Federal dentre os membros do Ministério Público da União integrantes de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior.</p> <p>(E) Chefe do Ministério Público da União dentre integrantes da instituição, escolhidos em lista tríplice mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Conselho Superior.</p>	<p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>
<p>28. Com relação à Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que forem praticados, salvo comprovada má-fé.</p> <p>(B) será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.</p> <p>(C) a delegação de atos de caráter normativo é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.</p> <p>(D) o recurso administrativo interposto fora do prazo não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida a preclusão administrativa.</p> <p>(E) em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.</p>	<p>30. Nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a reintegração é</p> <p>(A) o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no interesse da Administração, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.</p> <p>(B) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.</p> <p>(C) o retorno à atividade de servidor público aposentado, após o decurso de um ano de inatividade.</p> <p>(D) o retorno do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, em decorrência de reintegração do anterior ocupante.</p> <p>(E) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

31. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Direitos Políticos previstos na Carta Magna:

I. É condição de elegibilidade para o cargo de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal possuir a idade mínima de trinta e cinco anos.

II. Para concorrerem a outros cargos os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

III. São inelegíveis, em qualquer hipótese, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do Presidente da República.

IV. É condição de elegibilidade para o cargo de Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital possuir a idade mínima de vinte e um anos.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

32. Prevê a Constituição da República Federativa do Brasil que compete privativamente à União legislar, dentre outras matérias, sobre

- (A) sistemas de consórcios e sorteios.
- (B) direito tributário, financeiro e econômico.
- (C) proteção ao patrimônio histórico e cultural.
- (D) educação, cultura, ensino e desporto.
- (E) proteção à infância e à juventude.

33. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto, dentre outros casos, para assegurar a observância do princípio constitucional da forma republicana, do sistema representativo e do regime democrático. Neste caso, a decretação da intervenção dependerá de

- (A) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Presidente da Câmara dos Deputados.
- (B) solicitação expressa do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido.
- (C) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Presidente do Senado Federal.
- (D) requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.
- (E) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.

34. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Essa vedação se aplica, dentre outros, para os impostos instituídos sobre

- (A) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- (B) importação de produtos estrangeiros.
- (C) a propriedade territorial rural.
- (D) produtos industrializados.
- (E) operações de crédito, câmbio e seguro.

35. Considere as seguintes atividades de natureza econômica:

I. A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

II. A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.

III. O transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País.

IV. O reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos.

Observadas as condições estabelecidas em lei, a União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

36. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Com relação ao meio ambiente é correta a afirmação:

- (A) As usinas que operem com reatores nucleares deverão ter sua localização definida em lei estadual ou municipal, podendo ocorrer uma pré-instalação.
- (B) A Mata Atlântica e o Pantanal Mato-Grossense não são considerados patrimônio nacional pela Constituição Federal brasileira.
- (C) As condutas consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores à sanção penal, que será dependente da obrigação de reparar os danos causados.
- (D) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- (E) A Serra do Mar e a Zona Costeira não são consideradas patrimônio nacional pela Constituição Federal brasileira.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

37. Em tema de contratos administrativos, considere as assertivas:

- I. O contrato administrativo ilegal pode ser extinto por anulação unilateral da Administração, mas sempre com oportunidade de defesa para o contratado, em cujo expediente se demonstre a ilegalidade do ajuste.
- II. As chamadas cláusulas exorbitantes, porque visam estabelecer prerrogativas em favor de uma das partes, ainda que sob o fundamento do resguardo ao interesse público, desiguam as partes contratantes e são consideradas nulas de pleno Direito se presentes nos contratos administrativos.
- III. O reajustamento contratual de preços e de tarifas é medida convencionada entre as partes contratantes para evitar que, em razão das elevações do mercado, da desvalorização da moeda ou do aumento geral de salários no período de execução do contrato administrativo, venha a romper-se o equilíbrio financeiro do ajuste.
- IV. O particular que contrata com a administração pública, face a natureza pública do ajuste, adquire direito à imutabilidade do contrato ou à sua execução integral, bem como a suas vantagens em espécie.

Estão corretas SOMENTE

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

38. Entre outros aspectos, a administração pública brasileira está organizada de forma que

- (A) as pessoas físicas ou jurídicas que integram a administração indireta da União são criadas por decreto, possuem personalidade jurídica vinculada ao órgão tutelar e patrimônio compartilhado, com responsabilidade solidária.
- (B) a administração pública indireta é a constituída dos serviços atribuídos a pessoas jurídicas diversas da União, pública (autarquias) ou privadas (empresas públicas e sociedades de economia mista), vinculadas a um Ministério, mas administrativa e financeiramente autônomas.
- (C) a descentralização administrativa significa repartição de funções entre vários órgãos de uma mesma administração, sem quebra de hierarquia, sendo direta e imediata a execução das suas atividades ou a prestação de seus serviços.
- (D) a delegação de competência de funções e atividades administrativas no âmbito da desconcentração dos poderes públicos, por apresentar caráter obrigatório e definitivo, independe de norma que expressamente a autorize, bastando a vontade do superior.
- (E) a execução indireta de serviços públicos por pessoa administrativa física ou jurídica somente pode ser realizada mediante regime de concessão ou permissão, vedada a celebração de convênios ou consórcios.

39. O poder de polícia administrativa

- (A) delegado compreende, dentre outras, a imposição de taxas, diante da possibilidade de transferência do poder de tributar da entidade estatal.
- (B) não está sujeito, quando praticado com excesso ou desvio de poder, à invalidação pelo Poder Judiciário, mas tão-somente pela própria administração pública, diante da sua atividade disciplinar e regulamentar.
- (C) tem como atributos específicos e peculiares a seu exercício a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- (D) abrange a anulação do direito de propriedade, do exercício de profissão regulamentada ou de atividade lícita, ainda que assegurados pela lei.
- (E) exige, mesmo nos casos que ponham em risco iminente a segurança ou saúde pública e comprovada pelo respectivo auto de infração, para a validade da sanção imposta, a instauração de processo administrativo com plenitude de defesa, vedada a aplicação de sanção sumária e sem defesa.

40. A licitação será dispensável, dentre outras hipóteses, no caso de

- (A) aquisição de componentes necessários à manutenção de programas de informática, desde que fora do período de garantia técnica, vedada a compra junto ao fornecedor original.
- (B) compra de materiais de uso pessoal e administrativo para as Forças Armadas.
- (C) impossibilidade jurídica de competição entre os contratantes, quer pela natureza específica do negócio, quer pelos objetivos sociais visados pela administração.
- (D) contratação de instituição transnacional de pesquisa ou ensino, com ou sem fins lucrativos, salvo para a restauração de obras de arte e objetos históricos.
- (E) aquisição de energia elétrica fornecida por concessionário, permissionário ou autorizado, de acordo com a legislação específica.

**DIREITO CIVIL**

41. Considere as seguintes assertivas a respeito da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal:

- I. A separação judicial pode ser pedida se um dos cônjuges provar ruptura da vida em comum há mais de um ano e a impossibilidade de sua reconstituição.
- II. A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação e fidelidade recíproca e ao regime de bens.
- III. O divórcio poderá ser requerido, por um ou por ambos os cônjuges, no caso de comprovada separação de fato por mais de dois anos.
- IV. O divórcio não pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens, por expressa disposição legal.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

<p>42. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor, porém prescreverá em três anos a pretensão</p> <p>(A) para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.</p> <p>(B) para percepção de honorários dos árbitros e peritos.</p> <p>(C) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.</p> <p>(D) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.</p> <p>(E) para o vencedor haver do vencido o que despendeu em juízo.</p>	<p>46. Dentre os Procedimentos Especiais previstos no Código de Processo Civil estão as Ações Possessórias. Com relação a essas ações é certo que</p> <p>(A) é ilícito ao réu, na contestação, demandar a proteção possessória, inclusive se alegar que foi ofendido em sua posse.</p> <p>(B) é vedado ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos.</p> <p>(C) a propositura de uma ação possessória em vez de outra, em regra, obstará que o juiz conheça do pedido, devendo o autor ingressar com a ação competente.</p> <p>(D) na pendência do processo possessório, é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio.</p> <p>(E) poderá, em regra, ser deferida a reintegração liminar contra as pessoas jurídicas de direito público sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.</p>
<p>43. É certo que usufruto</p> <p>(A) não se estende, em regra, aos acessórios da coisa e seus acrescidos, por expressa disposição legal.</p> <p>(B) pode recair em um ou mais bens exclusivamente imóveis, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, apenas os frutos.</p> <p>(C) de imóveis constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis, inclusive quando resulte de usucapião.</p> <p>(D) gera a obrigação ao usufrutuário de pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do direito.</p> <p>(E) não pode ser transferido por alienação, mas o seu exercício pode ser cedido por título gratuito ou oneroso.</p>	<p>47. De acordo com o Código de Processo Civil, no Processo de Conhecimento, o procedimento sumário</p> <p>(A) será observado nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola desde que o valor não exceda a 40 vezes o valor do salário mínimo vigente.</p> <p>(B) admite a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.</p> <p>(C) será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, independentemente do valor.</p> <p>(D) obriga o comparecimento pessoal das partes à audiência, não podendo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir.</p> <p>(E) permite que o autor apresente o rol de testemunhas e indique assistente técnico até 10 dias antes da primeira audiência.</p>
<p>44. Com relação aos defeitos do negócio jurídico é correto afirmar:</p> <p>(A) O dolo do representante legal de uma das partes, em regra, só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.</p> <p>(B) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.</p> <p>(C) O dolo acidental, em regra, anula o negócio jurídico, mas não obriga à satisfação das perdas e danos.</p> <p>(D) Ao apreciar a coação, não se terá em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde e o temperamento do paciente.</p> <p>(E) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.</p>	
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b></p> <p>45. Considere as seguintes assertivas a respeito do processo cautelar:</p> <p>I. Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.</p> <p>II. Em regra, o procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.</p> <p>III. O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de dez dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.</p> <p>IV. Só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>48. De acordo com o Código de Processo Civil, o Ministério Público</p> <p>(A) poderá, quando intervir como fiscal da lei, juntar documentos e certidões, sendo-lhe vedado produzir prova em audiência.</p> <p>(B) exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, mas, no processo, não lhe caberá os mesmos poderes e ônus que às partes.</p> <p>(C) não intervirá nas causas concernentes ao estado da pessoa, interdição e disposições de última vontade.</p> <p>(D) deverá ser intimado nos processos em que a lei considera obrigatória a sua intervenção, mas a falta de intimação, em regra, é considerada mera irregularidade.</p> <p>(E) terá, quando intervir como fiscal da lei, vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.</p>

**DIREITO PENAL**

49. A respeito das imunidades parlamentares, é correto afirmar:

- (A) As imunidades parlamentares concedidas aos deputados estaduais não são válidas apenas em relação às autoridades judiciárias estaduais, podendo ser invocadas em face do Poder Judiciário Federal.
- (B) Os deputados e senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, bem como sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações.
- (C) A Constituição de República Federativa do Brasil confere aos membros do Congresso Nacional a prerrogativa de foro, sendo eles julgados pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que o crime tenha sido praticado anteriormente a sua eleição.
- (D) Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos e, desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- (E) A instauração de inquérito policial e o oferecimento de denúncia por parte do Procurador-Geral da República pela prática de crime comum depende de licença da Casa Legislativa a que pertença.

50. Maria, enfermeira, por ordem do médico João, ministrou veneno ao paciente, supondo tratar-se de um medicamento, ocasionando-lhe a morte. Nesse caso,

- (A) não há concurso de agentes, mas apenas um autor mediato, pela realização indireta do fato típico.
- (B) há concurso de agentes, sendo João autor principal e Maria co-autora.
- (C) há concurso de agentes, sendo João autor principal e Maria participe.
- (D) há concurso de agentes, figurando tanto João como Maria na condição de autores.
- (E) há concurso de agentes, figurando Maria como autora e João como co-autor.

51. Dentre os elementos do fato típico, NÃO se inclui

- (A) o resultado.
- (B) a ação ou a omissão.
- (C) o dolo ou a culpa.
- (D) a relação de causalidade.
- (E) a tipicidade.

52. João, dirigindo um automóvel, com pressa de chegar ao seu destino, avançou com o veículo contra uma multidão, consciente do risco de ocasionar a morte de um ou mais pedestres, mas sem se importar com essa possibilidade. João agiu com

- (A) dolo direto.
- (B) culpa.
- (C) dolo indireto.
- (D) culpa consciente.
- (E) dolo eventual.

53. Considere:

- I. Estado de necessidade.
- II. Estrito cumprimento de dever legal.
- III. Obediência hierárquica.
- IV. Exercício regular de um direito.
- V. Legítima defesa putativa.

São excludentes da culpabilidade SOMENTE o que se considera em

- (A) I e V.
- (B) II e III.
- (C) III e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

54. A respeito dos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) Não configura o crime de contrabando a exportação de mercadoria proibida.
- (B) Constitui crime de desobediência o não atendimento por funcionário público de ordem legal de outro funcionário público.
- (C) Comete crime de corrupção ativa quem oferece vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a deixar de praticar medida ilegal.
- (D) Pratica crime de resistência quem se opõe, mediante violência, ao cumprimento de mandado de prisão decorrente de sentença condenatória supostamente contrária à prova dos autos.
- (E) Para a caracterização do crime de desacato não é necessário que o funcionário público esteja no exercício da função ou, não estando, que a ofensa se verifique em função dela.

55. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, dentre outros, o

- (A) tutor dativo.
- (B) perito judicial.
- (C) curador dativo.
- (D) inventariante judicial.
- (E) síndico falimentar.

56. O emprego, na reparação de produtos, de peças ou componentes de reposição usados

- (A) constitui crime contra as relações de consumo mesmo que se esse procedimento seja feito com autorização do consumidor e não ocasione dano ao produto.
- (B) só constitui crime contra as relações de consumo se esse procedimento, embora com autorização do consumidor, ocasionar dano ao produto.
- (C) só constitui crime contra as relações de consumo se esse procedimento for feito sem autorização do consumidor.
- (D) só constitui crime contra as relações de consumo se esse procedimento for feito em época de grave crise econômica, ainda que com autorização do consumidor.
- (E) só constitui crime contra as relações de consumo se esse procedimento, com ou sem autorização do consumidor, for feito em operações que envolvam produtos essenciais.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

57. Dispõe o art. 5º, inciso XXXVII da Constituição da República Federativa do Brasil que "Não haverá juízo ou Tribunal de exceção; inciso LIII – Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente". Tais disposições consagram o princípio
- (A) da presunção de inocência.  
 (B) da ampla defesa.  
 (C) do devido processo legal.  
 (D) da dignidade.  
 (E) do juiz natural.
- 
58. Na ação penal privada subsidiária, oferecida a queixa,
- (A) o Ministério Público não pode repudiá-la por entendê-la inepta, nem oferecer denúncia substitutiva.  
 (B) a negligência do querelante não causa a preempção, devendo o Ministério Público retomar a ação como parte principal.  
 (C) o Ministério Público não pode produzir prova, nem recorrer da sentença absolutória.  
 (D) é incabível o seu aditamento pelo Ministério Público para acrescentar circunstâncias nela não expressas.  
 (E) ao Ministério Público, não sendo parte, não competirá intervir em todas as fases do processo.
- 
59. Também compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os conflitos de
- (A) atribuições entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro.  
 (B) competência entre juízes vinculados a tribunais diversos.  
 (C) atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.  
 (D) competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais.  
 (E) atribuições entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas do Distrito Federal.
- 
60. A respeito do acusado e de seu defensor, é correto afirmar que o
- (A) acusado, ainda que seja revel, pode constituir advogado da sua confiança para atuar no processo.  
 (B) advogado, no processo penal, só pode ser constituído pelo réu através da outorga de procuração.  
 (C) acusado só pode contratar advogado após a citação e o interrogatório judicial.  
 (D) juiz pode destituir o advogado constituído pelo acusado e, desde logo, nomear defensor dativo para substituí-lo.  
 (E) acusado deverá ser defendido por advogado, ainda que tenha habilitação e deseje atuar em causa própria.
- 
61. É certo que, em matéria processual penal, o Ministério Público
- (A) tem, dentre outras, a função institucional de promover a ação penal privada.  
 (B) não é uno, nem indivisível, pois seus membros exercem funções em Comarcas diversas.  
 (C) promoverá e fiscalizará a execução da lei.  
 (D) não pode pedir a absolvição do réu, pois deve zelar pela pretensão acusatória.  
 (E) pode desistir, motivada e fundamentadamente, da ação penal proposta.

62. A respeito da citação de natureza processual penal, é correto afirmar que
- (A) a citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.  
 (B) a declaração de aceitação ou recusa da contrafé não precisa constar da certidão do oficial de justiça.  
 (C) a citação far-se-á por edital, com prazo de 5 dias, se incerta a pessoa que tiver de ser citada.  
 (D) é válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição, desde que seja posteriormente interrogado.  
 (E) a citação far-se-á por hora certa quando se verificar que o réu se oculta para não ser citado.
- 
63. A respeito dos recursos em geral no processo penal é correto afirmar:
- (A) O Ministério Público pode desistir de recurso que haja interposto, desde que o faça de forma fundamentada.  
 (B) O recurso não pode ser interposto pelo réu pessoalmente, por falta de capacidade postulatória.  
 (C) Pode interpor recurso a parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.  
 (D) A parte, salvo hipótese de má-fé, não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.  
 (E) No caso de concurso de agentes, em nenhuma hipótese, o recurso interposto por um dos réus pode aproveitar aos outros.
- 
64. No que tange ao *habeas corpus*, considere as assertivas:
- I. Não pode ser impetrado pelo Ministério Público em favor do acusado.  
 II. O juiz poderá ir ao local em que o paciente se encontra, se este não puder ser apresentado por motivo de doença.  
 III. Os juizes e tribunais não podem expedir, de ofício, ordem de *habeas corpus*.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I.  
 (B) II.  
 (C) I e II.  
 (D) I e III.  
 (E) II e III.

**DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

65. Vigendo Convenção Coletiva que fixa jornada de 6 (seis) horas e sendo celebrado Acordo Coletivo reduzindo referida jornada em 15 (quinze) minutos, os empregados das empresas que subscreverem o Acordo deverão trabalhar, por dia,
- (A) 5h45m, pela aplicação dos princípios da irrenunciabilidade de direitos e primazia da realidade.  
 (B) 5h45m, pela aplicação do princípio da norma mais benéfica ao trabalhador.  
 (C) 6h, uma vez que as condições estabelecidas na Convenção Coletiva prevalecem sobre as do Acordo Coletivo por força da hierarquia das normas.  
 (D) 6h, uma vez que as condições estabelecidas em Convenção Coletiva se destinam a toda a categoria profissional, não se admitindo que os empregados de determinadas empresas sejam excepcionados.  
 (E) 8h, jornada fixada na Constituição Federal, que não pode ser derogada por norma de hierarquia inferior.

66. Considere as seguintes afirmações:

- I. É nula a renúncia que obste a aplicação de norma cogente.
- II. Em virtude dos princípios que informam o Direito do Trabalho, a renúncia e a transação devem ser tidas como exceção, não sendo admitida a renúncia tacitamente manifestada nem interpretação extensiva do ato pelo qual o trabalhador se despoja de direitos que lhe são assegurados.
- III. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele que não exceda a 25 horas semanais, autorizada a realização de, no máximo, 1 (uma) hora extra diária.
- IV. O seguro de vida e a assistência médica e hospitalar fornecidos pelo empregador são considerados salário "in natura".

É verdadeiro o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

67. Quanto ao exercício do direito de greve, é correto afirmar:

- (A) A participação em greve em atividades essenciais, assim consideradas aquelas que, se não atendidas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde, a segurança e a economia da população, implica em responsabilização civil e penal do empregado.
- (B) Podem os trabalhadores, uma vez deflagrada a greve, realizar manifestações e atos de persuasão, inclusive impedindo o acesso ao trabalho, sendo, no entanto, vedada a prática de atos que causem ameaça à pessoa ou dano à propriedade.
- (C) A ocorrência de greve durante a vigência de acordo, convenção ou sentença normativa da Justiça do Trabalho implica em abuso do direito, ainda que a paralisação decorra do descumprimento de cláusula em vigor.
- (D) A deflagração da greve permite a contratação de empregados temporários para substituir os grevistas e, uma vez julgado ilegal o movimento paredista, a legislação permite a imediata rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que dele participaram.
- (E) A greve nos serviços essenciais deve ser comunicada pelos trabalhadores e entidades sindicais aos empregadores, com antecedência mínima de 72 horas do início da paralisação, sendo obrigatória a garantia de prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da população.

68. Ação cujo objeto é desconstituir cláusula estabelecida em Convenção Coletiva que viola norma de proteção à segurança e à saúde do trabalhador:

- (A) cautelar.
- (B) rescisória.
- (C) anulatória.
- (D) civil pública.
- (E) civil coletiva.

69. Considere as seguintes afirmações:

- I. É competente para a execução de título extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.
- II. A execução dos créditos previdenciários devidos em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho será promovida pelo Ministério Público do Trabalho ou pela Procuradoria Federal do INSS.
- III. Quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, a execução poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.
- IV. Na execução por quantia certa, a Fazenda Pública deve garantir previamente o juízo para só então oferecer embargos.

É verdadeiro o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

70. Vindo a sofrer constrição em decorrência de execução processada em ação trabalhista, o proprietário de um bem ajuíza Embargos de Terceiro alegando não ter participado do quadro societário da empresa executada. Na hipótese de suas alegações serem rejeitadas, poderá interpor

- (A) recurso ordinário porque, não obstante se destinem a discutir incidente ocorrido na execução, os Embargos de Terceiro se revestem da natureza jurídica de ação.
- (B) correição parcial porque a penhora de bem pertencente a terceiro estranho à lide caracteriza tumulto processual.
- (C) agravo de petição, processado em autos apartados, de forma a permitir a execução provisória da sentença.
- (D) agravo de petição, recurso que permite o reexame de decisão proferida na fase executória do processo.
- (E) recurso ordinário, medida que será recebida pelo Tribunal sob duplo efeito, devolutivo e suspensivo.